



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 16 de setembro de 2016
(OR. en)

12106/16

COPEN 257
EUROJUST 109
EJN 53

NOTA

de:	Harald Schütt, Conselheiro, Representação Permanente da Alemanha junto da União Europeia
data:	25 de julho de 2016
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia

Assunto:	Execução da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva - Notificação e execução pela Alemanha
----------	---

Senhor Secretário-Geral,

Tenho a honra de enviar o texto das disposições¹ que transpõem para o direito nacional as obrigações decorrentes da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva. A lei de execução veio alterar disposições da Lei relativa ao Auxílio Judiciário Internacional em Matéria Penal (*Gesetz über die internationale Rechtshilfe in Strafsachen*). As alterações entraram em vigor a 23 de julho de 2015.

¹ Nota do Secretariado: este texto não vai anexado ao presente documento.

Transcreve-se em seguida o texto das declarações da República Federal da Alemanha sobre a referida decisão-quadro:

Ad artigo 6.º, n.º 1:

As autoridades competentes para efeitos de autorização do controlo de medidas estrangeiras pela República Federal da Alemanha são as delegações do Ministério Público nos tribunais regionais [*Landgerichte*]. Sempre que as medidas alemãs devam ser fiscalizadas por outro Estado-Membro, é competente o tribunal que tenha ordenado a medida.

Os tribunais distritais [*Amtsgerichte*] são competentes para efeitos de controlo das medidas estrangeiras na República Federal da Alemanha.

Ad artigo 8.º, n.º 2:

Para além das medidas referidas no artigo 8.º, n.º 1, da decisão-quadro, a República Federal da Alemanha está disposta a fiscalizar as medidas referidas nas alíneas a), c), d) e e) do artigo 8.º, n.º 2. Tal só se aplica às medidas referidas no artigo 8.º, n.º 2, alínea d), se a pessoa em causa der o seu consentimento.

Ad artigo 9.º, n.º 4, primeiro período:

As autoridades competentes da República Federal da Alemanha podem consentir no envio de uma decisão sobre medidas de controlo nos casos abrangidos pelo artigo 9.º, n.º 2, da decisão-quadro se a pessoa a fiscalizar:

- 1) for nacional da República Federal da Alemanha, ou
- 2) tencionar estabelecer de imediato a sua residência habitual na República Federal da Alemanha e preencher as condições de entrada e permanência no território federal, a menos que, no caso concreto, o controlo possa ser assegurado melhor noutro Estado-Membro.

Ad artigo 21.º, n.º 3:

As autoridades competentes da República Federal da Alemanha aplicarão igualmente o artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2002/584/JHA, relativa ao mandado de detenção europeu, ao decidir da entrega da pessoa sujeita a controlo.

A notificação eletrónica dos atos de execução já foi efetuada na base de dados das medidas nacionais de execução (MNE).

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Harald Schütt
